



Presidente p.2

“Caiu a máscara do fim da austeridade”



Parlamento p.17

Descentralização não pode ser tratada “em cima do joelho”

POVO LIVRE



n.º 1978

19 de julho de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

INÉRCIA DO EXECUTIVO PREJUDICA O PAÍS

Pedro Passos Coelho esteve na apresentação de Emídio Sousa à câmara municipal de Santa Maria da Feira





Debate do Estado da Nação

“Caiu a máscara do fim da austeridade”

A recuperação da economia e do emprego iniciou-se três anos antes de a geringonça se ter formado e o défice de 2% do PIB foi obtido graças ao plano B, corte recorde no investimento público, cativações nos serviços, Saúde, Segurança e Educação. Após quase dois anos, o Governo está em “desorientação” e não sabe gerir as contrariedades. O Governo não existiu quando Portugal mais precisou.

“Precisamos, enquanto País, de muito mais”, defendeu Pedro Passos Coelho, no debate sobre o “Estado da Nação”, dia 12. “O País precisa, pelo menos, de liderança e de objetivos mobilizadores e efetivos”, explicou depois de ter lembrado que, com os incêndios de junho e com o furto de armamento militar de Tancos, “ficaram expostas as fragilidades, as contradições, as simulações, o calculismo e o populismo latente” de um Executivo que, até então, se refugiara nas boas notícias. Segundo reiterou, “a realidade mostra-nos hoje, sem surpresa, um País com desequilíbrios excessivos e com vulnerabilidade e riscos estruturais ainda graves”, económica e socialmente.

O líder do PSD enalteceu os “progressos importantes nos esforços de consolidação orçamental, no crescimento e na abertura da economia”. Destacou que, “ao contrário do que a maioria parlamentar e o Governo querem fazer crer, o crescimento da economia e do emprego, associados aos resultados da redução do défice público não começaram com a geringonça”, mas “ainda antes de termos concluído o Programa de Resgate há mais de três anos”.

Pedro Passos Coelho referiu que “não é milagre nenhum que depois de termos passado, entre 2010 e 2015, de um défice de quase 11% para perto de 3% do PIB, este Governo tenha conseguido passar em 2016 de um défice de 3% para um défice de 2% do PIB, averbando a consequente e prometida saída do procedimento por défice

excessivo e encaminhando-se para um défice inferior a 2% no ano corrente”.

Contudo, “podemos discutir, e discutimos, se as escolhas orçamentais foram as mais prudentes ou adequadas para cumprir o objetivo”. Neste sentido, salientou que o atual Executivo, “chegado a meio do ano, quando se percebeu que a estratégia económica não tinha os resultados que esperava e que se continuasse por aquele caminho falharia as metas relevantes, mudou de orçamento e pôs em marcha um plano B que nunca teve coragem de assumir e que, até, repetidas vezes negou”. Recordou, assim, “cativações como não havia memória”, o “travão a fundo no investimento público” ou “medidas extraordinárias em cima umas das outras”.

Agora, “caiu a máscara do fim da austeridade”, sintetizou o presidente do PSD, depois de ter denunciado que, apesar de o atual Executivo “ter apregoado tempos de normalidade”, executou um “plano B” sem o qual, e de acordo com a Conta Geral do Estado, “teríamos ficado confortavelmente acima de 3% de défice no ano passado”. Tal como afirmou, “impressiona o esforço de dissimulação realizado pelo Governo para esconder as opções que tomou”. Recordando cortes na Saúde, no Trabalho e Solidariedade, no Ensino Básico, na Ciência e Ensino Superior, na Justiça ou na Segurança Interna, disse estar “defunta a fantasia de que, antes de a geringonça existir, só por obsessão ideológica se não investia ou gastava mais nas políticas públicas, sociais ou de soberania”. Por isso, “está enterrada a mistificação de que havia uma alternativa à restrição orçamental, de que bastava a esquerda agitar a sua varinha mágica para que a consolidação se verificasse sem cortes e sem dificuldades”.



Orçamento do Estado de 2018: que o Governo “dissimule menos”

Pedro Passos Coelho sugeriu ao Governo que, no próximo Orçamento do Estado, “seja menos fantasioso, dissimule menos e assuma com mais transparência” as suas opções, poupando assim o País “ao estafado exercício do faz-de-conta” que caracterizou estes quase dois anos de governação. Aconselhou, ainda, a que quem governa “deixe de lado essa estratégia do inimigo externo, da desresponsabilização e do passa-culpas”, pois trata-se de uma “infantilização da política” que, e segundo reforçou

o líder social-democrata, “não se coaduna com a enorme responsabilidade que hoje têm na governação do País”.

Passos Coelho recordou que o País cresceu “menos em 2016 do que em 2015”. A desaceleração deveu-se “ao clima de reversões efetuadas” pelo atual Executivo e “à mudança de orientação política económica”. “O Governo perdeu tempo e ritmo no crescimento, na melhoria do rating, na amortização antecipada de dívida”, criticou o Presidente dos social-democratas. Foram, por isso, desperdiçadas “oportunidades muito favoráveis”. “O País poderia estar melhor hoje e para futuro se, em vez de o Governo andar à boleia da conjuntura e a colher os frutos das reformas realizadas no passado, estivesse a agir para empreender novas reformas”, afirmou.

“Maioria parlamentar procura ridicularizar tudo o que não a elogia”

“Do alto da sua autossuficiência e sentimento de superioridade, a maioria parlamentar desdenha ou procura ridicularizar tudo o que não a elogia ou que lhe vê defeito”, criticou. “O Governo e a maioria também têm a maior relutância em aceitar como natural o escrutínio democrático, a prestação de contas e a fundamentação das suas decisões”, salientou.

Foram, no entanto, os desenvolvimentos mais recentes e trágicos que vieram revelar “enorme desorientação e desarticulação” deste aparente “governo maravilha e maioria estável”. “A meio da legislatura, o País descobriu que a economia pode até estar a andar melhor”, mas “a responsabilidade política está a fracassar em grande estilo”, afirmou Pedro Passos Coelho, reforçando que a solução governativa atual apenas existe “para as boas notícias”. “A metade do Governo que deveria existir também para os momentos imprevistos e para preparar as mudanças de fundo a pensar estrategicamente no futuro ou não existe ou é, simplesmente, desconcertante e desmoralizadora”, denunciou.



O líder social-democrata referiu-se, ainda, aos “resultados paradoxais” do Governo, pois apesar de sustentar uma retórica que ataca o modelo de salários baixos, “observa-se na economia que, nunca nos anos mais recentes, tantos trabalhadores estiveram condenados aos mais baixos salários”. Regista-se, também, “um contínuo ataque à exigência na educação e a promoção do facilitismo”. Na Saúde, há “instituições cada vez mais endividadas, os seus profissionais em piores condições de trabalho e a falta de oferta pública gritante”. Destaque, ainda, para o aumento da precariedade no Estado e para a quebra do investimento na ciência.

Luís Montenegro: “O Governo está a colapsar todos os dias”

O líder parlamentar do PSD considera que António Costa chega ao debate do Estado da Nação com uma “liderança muito frágil” e com o Governo num “processo de degradação”.

O País tem, acrescentou Luís Montenegro, um primeiro-ministro “frágil por incapacidade, passividade e falta de liderança” e que chega a este debate “com a sua autoridade política muito diminuída”.





“O Estado está a ser ferido, atingido nos seus pilares fundamentais: a segurança, proteção e a defesa das pessoas e dos bens, e no pilar social, na saúde, educação e transportes”, afirmou, considerando que o Estado “está a colapsar”, antes ainda de criticar o Governo e as falhas do SIRESP na tragédia dos incêndios de Pedrógão Grande.

O assalto a Tancos não ficou de fora da intervenção do PSD. Luís Montenegro acusou o Governo de “afetar a dignidade das Forças Armadas”, perante a forma como gerido o assalto em Tancos. Chamando “bombeiro de serviço” a Augusto Santos Silva, o social-democrata lembrou que primeiro o Governo disse que o roubo “não afetava o país para depois dizer que tinha um custo reputacional”.

“Quando se assume como assumiu a gravidade da situação, quando se exoneraram cinco comandantes e depois não se assume responsabilidade e se relativiza o assunto, não se está a garantir, está-se a afetar a dignidade das Forças Armadas”, criticou Montenegro.

O deputado social-democrata aproveitou também para criticar BE e PCP, pelo apoio parlamentar ao Governo, e defendendo que se “se pactuarem com o encerramento antecipado da comissão parlamentar de inquérito da Caixa Geral de Depósitos” estão a “prestar um mau serviço à República” e serão “corresponsáveis por um comportamento indigno”.

“Não tenham dúvidas”, alertou Luís Montenegro, “não é o populismo, o eleitoralismo ou, mesmo, o cinismo desta geringonça que respondem” pelo crescimento da economia. “O que vale a Portugal é o seu povo”, afirmou, acrescentando não ter dúvidas de que “com a força da nossa sociedade, com a conjuntura de 2016 e 2017, com o Governo que os portugueses escolheram nas urnas, se tivéssemos um governo reformista Portugal era um País mais próspero e justo”.

Portugal “está a perder tempo e oportunidades com este Governo”

Luís Montenegro lembrou que, para o PSD, Portugal “está a perder tempo e oportunidades com este Governo”.



Acréscce, ainda, que “o Estado está a ser ferido”, depois de ter sido “atingido nos seus pilares fundamentais”, nomeadamente na Segurança, Defesa, Educação, Saúde ou nos Transportes.

Recordou os incêndios que afetaram a região Centro do País, em junho, para explicar que o Estado colapsou quando “não conseguiu salvar aqueles que fugiam do perigo” e quando o SIRESP (do qual acusou António Costa de ser “autor”) “falhou no exato momento em que não podia falhar”.

Referindo-se ao furto de armamento militar, o líder parlamentar acusou o Governo de estar a “relativizar o assunto”, a “afetar a dignidade das Forças Armadas” e a “instigar um modelo de desresponsabilização”. “A sua [António Costa] cobertura política e o seu patrocínio político também contribuem para o colapso do Estado”, denunciou, recordando que, para isso, também estão a contribuir as polémicas registadas na educação, ou “quando a cultura de mérito e de transparência é substituída pelo amiguismo” ou, ainda, quando o “primeiro-ministro não tem a humildade de pedir desculpa”, depois de ter acusado “o seu antecessor de deixar fugir 10 mil milhões de euros para offshores”.

CGD: PS, BE e PCP juntos no “mais grave branqueamento político”

Luís Montenegro dirigiu-se, ainda, ao Bloco de Esquerda e ao Partido Comunista Português acusando-os de bloquearem “escandalosamente a descoberta da verdade” no que se refere à Caixa Geral de Depósitos (CGD). “PS, BE e PCP não têm vergonha em deixar a investigação por fazer e juntam-se para o mais grave branqueamento político de que há memória do nosso País”, afirmou.

Segundo o líder da bancada social-democrata, é também “a democracia que está a colapsar”, “quando o Parlamento aprova orçamentos e orientações de política financeira e, depois, não as executa e modifica-as sem ter coragem de o assumir, quando corta a eito o investimento público, faz cortes que não é capaz de explicar, quando tudo isto decorre com os aplausos dos deputados que se sentam nestas três bancadas”.

O debate sobre o estado da Nação aconteceu menos de um mês depois do incêndio que deflagrou em Pedrógão Grande – do qual resultaram 64 mortos – e duas semanas após ter sido detetado um furto de armamento pesado nos Paíóis Nacionais de Tancos.

Pedro Passos Coelho na apresentação de André Ventura à câmara municipal de Loures

Governo penalizou contribuintes com medida extraordinária para ajudar grandes empresas



“Uma das medidas extraordinárias que ajudou a compor o resultado do défice, a reavaliação de ativos, teve um custo exagerado para o Estado”, explicou Pedro Passos Coelho, na quinta-feira, 13 de julho, na apresentação da candidatura de André Ventura à câmara municipal de Loures. Recuperando os cálculos da UTAO, o presidente do PSD criticou a medida extraordinária de reavaliação de ativos das empresas, que acabou por penalizar fortemente os contribuintes por decisão e desnorte do Governo. “Se Portugal precisasse de ir ao mercado financiar-se para ter essa receita, pagaria cinco vezes menos” do que perdeu com aquele programa de reavaliação de ativos, detalhou o líder social-democrata.

“O que é que justifica então que o Estado tenha oferecido esta facilidade a algumas empresas, prejudicando a receita futura do Estado?”, questionou para concluir que esta “foi uma medida evidentemente adotada numa altura em que o Governo estava de cabeça perdida, quando tinha perdido o controlo à execução do Orçamento” e “todas as medidas extraordinárias valiam para salvar o défice”. Assim, o presidente do PSD exortou o Governo a garantir mais transparência e rigor no próximo Orçamento do Estado, que está a preparar com os parceiros parlamentares. Preparem um Orçamento do Estado “realista” e “não façam os portugueses perder dinheiro a médio e longo prazo, só para engordar o resultado que vão construindo a cada dia”, desafiou Pedro Passos Coelho.

“Aqui fica o desafio para que, desta feita, o Governo nos poupe a esta cena um bocadinho constrangedora de fingirem que não sabem que tiveram a possibilidade de executar o que tinham programado”, sustentou o presidente do PSD, referindo-se à preparação do terceiro Orçamento do Estado, que o Governo está a fazer juntamente com os seus parceiros de apoio parlamentar. Pedro Passos Coelho referia-se à inversão de estratégia que o Governo teve de assumir, embora nunca tenha reconhecido: o plano B, de cativações e medidas extraordinárias, que o Executivo teve de pôr em marcha quando percebeu que, a seguir o seu plano orçamental, não conseguiria cumprir as metas acordadas com Bruxelas.

Pedro Passos Coelho desejou que a consolidação orçamental possa ser um trabalho “transparente e responsável”, sublinhando esta exigência do maior partido da oposição e lembrando que, até agora, as metas



cumpridas não atenderam àqueles critérios. “Não foi um trabalho nem consciente nem transparente”, rematou.

Pedro Passos Coelho acredita que, apesar das discordâncias, o Governo não terá dificuldade em manter o seu trabalho de consolidação orçamental no que diz respeito às exigências da sua maioria parlamentar. No debate do Estado da Nação, de resto, Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português “mostraram-se tão cooperantes e subservientes com o Governo” que, para o líder do PSD, não há dúvidas de que o Executivo, “fazendo o contrário do que disse que ia fazer, lá manterá a consolidação orçamental de que o País precisa”.

Um caminho preparado pelo governo liderado pelo PSD, lembrou Pedro Passos Coelho. “Tivemos a oportunidade de tirar o País da bancarrota, e do pôr a crescer” mas “não queremos dizer que não haja mérito neste Governo, de ter prosseguido esse caminho, que visou alcançar metas para a redução do défice que são importantes”. As

reformas lançadas permitiram traçar o caminho da recuperação económica, cujo ritmo foi, contudo, interrompido quando a atual solução de governo levantou dúvidas dos investidores. Agora, porém, a maioria radical de esquerda não retira o seu apoio ao Executivo.

Altice: Comentário de PM é “péssimo sinal” para cultura democrática

Pedro Passos Coelho criticou o primeiro-ministro por ter feito uma “admoestação pública” à empresa Altice durante o debate sobre o Estado da Nação no parlamento. “Não sei o que é que terá levado o dr. António Costa a, de certa maneira, fazer uma admoestação pública a uma empresa. Nunca tinha ouvido um primeiro-ministro a



atirar-se assim a uma empresa”, considerou.

“O Estado tem de ter forma, através da regulação e do próprio dispositivo legal, de garantir que as regras da concorrência se observam e que os direitos dos trabalhadores são respeitados”, lançou Pedro Passos Coelho. Assim, “é um péssimo sinal quando um primeiro-ministro e um governo sentem que podem atuar desta maneira junto de uma empresa em particular”.

“Espero que isto tenha sido uma coisa acidental, um deslize, e que não volte a repetir-se porque, a repetir, revela do ponto de vista da cultura democrática uma perspetiva muito negativa da visão de um primeiro-ministro, numa economia social de mercado, do que é a função do Governo”. Pedro Passos Coelho continuou: “Como nós já estamos um bocadinho escaldados por ver governos socialistas meterem-se onde não devem, a admoestarem aqueles que não conseguem controlar”, “a ameaçarem aqueles que não vêm ao beija-mão”, como têm feito com entidades reguladoras e independentes do Estado, “se começarmos assim a pressionar empresas”, então, “o que nos separa de uma economia terceiro-mundista começa a ser pouco”.

Pedro Passos Coelho recomenda ao Governo que “possa arrepiar caminho” nesta questão, depois de o primeiro-ministro ter manifestado “à vontade de poder admoestar publicamente uma empresa”.



Coligação “Primeiro Loures”

Na apresentação da candidatura de André Ventura à presidência da Câmara de Loures, Pedro Passos Coelho lembrou o historial de poder local que o PSD tem e a forma como os autarcas social-democratas contribuíram decisivamente para o desenvolvimento das suas comunidades.

Nas próximas autárquicas, o presidente do PSD acredita que, em casos como o Loures, o PSD pode ultrapassar a base partidária da coligação que o PSD integra e que aqui se candidata. “O que nos move não é a necessidade

de averbar mais uma vitória, mas estarmos ao serviço das pessoas”, garantiu o Presidente do PSD, confiante de “o facto de não termos tido ainda a oportunidade de governar algumas câmaras, quer na Área Metropolitana de Lisboa, quer noutras regiões do País, não tem sido tão bom para as populações, porque elas não se desenvolveram tão bem como outras, onde tivemos a oportunidade de governar”.

O candidato à câmara prometeu trabalhar com “todos os outros partidos” se ganhar as eleições e assegurou

que o “muro vai cair em Loures”.

Para André Ventura, uma das grandes propostas para o concelho passa pela videovigilância, para prevenir e combater “os focos de criminalidade no concelho”, apostando nas áreas da segurança, do emprego e da mobilidade.

André Ventura assumiu o desafio de colocar Loures no grupo das 25 melhores cidades para se viver e de tudo fazer para o município “deixar de ser o parente pobre de Lisboa”.

Pedro Passos Coelho na apresentação de Constantino Silva à câmara municipal de Vila do Conde

Maioria parlamentar vive em clima de “cinismo político”



“O Governo quis dar a impressão de que era possível” devolver rendimentos e cumprir a meta do défice nos prazos estabelecidos. “Isso é mentira” e a realidade já está a desmentir o Governo, considerou, no sábado, 15 de julho, no lançamento da candidatura de Constantino Silva à câmara municipal de Vila do Conde. O presidente do PSD acusou a maioria parlamentar de ter “cinismo político” e criticou inércia do Governo que promoveu uma política de baixos salários.

“Olhamos para a saúde, educação, segurança interna e vemos que faltam meios essenciais em termos de investimento”, sendo que o “Estado não tem o que é necessário para responder às exigências”. É a situação que vive o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que está a provocar longas demoras na entrada de turistas nos aeroportos.

“Foi feita uma denúncia por um sindicato, de que o Governo estava a fazer pressões para que o SEF [Serviço de Estrangeiros e Fronteiras] acelerasse a receção dos visitantes que procuram Portugal nos aeroportos, que demoram tempo a mais até poderem passar na Alfândega”. Pedro Passos Coelho deu eco àquela denúncia, afirmando que a realidade desmente a propaganda do Governo, segundo o qual “está tudo uma maravilha”.

O crescimento da procura turística em Portugal sem o reforço de meios no SEF não é de um país que quer receber mais turistas. “Não podemos dizer ao SEF que trabalhem agora, que recebemos quase mais metade daqueles que recebíamos antes, com o mesmo número de pessoas e as mesmas condições que tinham antes.”



Pedro Passos Coelho perguntou: “Qual é a alternativa? Deixar entrar as pessoas sem cumprir normas de segurança? Não pode ser, temos de nos preparar para as receber e temos de investir nessas áreas.” O líder da oposição desafiou o Governo a assumir uma governação que seja clara nas suas prioridades, concluindo: “Não venham dizer que o Governo está a fazer bem em cortar na justiça, na administração interna e na segurança quando

precisávamos de reforçar o investimento nessas áreas”.

“O Governo e a geringonça só tiveram uma preocupação – dizer que a austeridade tinha passado”, lembrou. Para quem governa, isso significava devolver os salários aos funcionários públicos, de uma só vez, ao contrário do ritmo gradual e sustentável que o PSD tinha projetado para a reposição de rendimentos, que já iniciara.

Portugal começou a crescer em 2013 e 2014, lembrou Pedro Passos Coelho. Nos anos do governo que liderou, “não ficámos apenas a resolver os problemas do dia-a-dia”, antes foram-se “fazendo muitas reformas e transformações, para que um dia o País pudesse aproveitar as boas condições envolventes para crescer”. A economia cresceu – e cresceu mais em 2015 do que em 2016 –, o desemprego recuou significativamente e o emprego cresceu. As exportações, que respondiam por 29% do PIB no início do seu mandato, aumentaram para 42% do PIB quando Pedro Passos Coelho deixou o Governo.

Saudando o crescimento atual da economia e de outros fatores positivos, o presidente do PSD não deixou de mencionar as oportunidades perdidas nestes dois anos em que António Costa é primeiro-ministro, desde logo por ter sido abandonado o plano de reembolsos antecipados ao Fundo Monetário Internacional. “Podíamos ter reduzido muito mais a dívida e os custos da dívida, se tivéssemos mostrado o empenho que nós sugerimos em amortizar, mais depressa, a dívida ao FMI”, explicou. É que, hoje, o Governo já recuperou a antecipação daqueles reembolsos, mas não foi assim desde o início do seu mandato.



Falta de ambição da geringonça marcou primeira metade do mandato

“Preocupa-me a falta de ambição que a geringonça trouxe para o País”, afirmou, este sábado, Pedro Passos Coelho, criticando a ausência de estratégia e de reformas que marcou a primeira metade do mandato do nosso Governo e da maioria parlamentar.

A geringonça “andou a empurrar com a barriga” durante dois anos, enquanto geria as boas notícias e colhia os frutos do trabalho feito pelo governo que lhe antecedeu, disse Pedro Passos Coelho num retrato do atual estado da Nação. O Presidente do PSD deixou um aviso – “O tempo das promessas já passou”, é mesmo preciso que o Governo comece “a fazer algo de novo”.

A falta de ambição que marca a liderança política de António Costa tem resultados concretos. Como exemplo, Pedro Passos Coelho aponta que a inércia governativa resultou num impulso à política de baixos salários. No passado, quem hoje governa defendia um modelo económico com salários melhores. “E nós dizíamos que estamos de acordo, precisamos de ter salários mais elevados, mas as empresas têm de poder pagá-los”, acrescentou o líder do PSD. Hoje, porém, “vemos que nunca houve tantas pessoas em Portugal a ganhar o salário mínimo nacional” e o salário médio está a baixar, explicou, sendo que aqueles que entram no mercado de trabalho estão a começar por receber a remuneração mínima.

Pedro Passos Coelho questionou o que fez o Governo por aqueles trabalhadores, para concluir que, “como em muitas outras matérias, o Governo não fez nada para que as coisas se alterassem, empurrou com a barriga”.

Governo adia o crescimento do País

Este é um Governo que se limita a viver “de equilíbrios” e que adiou o crescimento do País, que vinha já desde 2013, porque colheu a desconfiança inicial dos investidores. Trata-se de “um governo de geringonça”, em que algumas das partes “desconfiam dos investidores, desconfiam da economia social de mercado, desconfiam do Euro e da Europa, desconfiam da NATO... Desconfiam de tudo o que é importante para nós e que nos permite crescer e viver com segurança”, disse.

Além disso, acrescentou ainda o presidente do Partido, a maioria que apoia o Governo contradiz-se diariamente, uma vez que abandonaram as convicções que manifestavam no passado – como a oposição às



instituições europeias – ou hoje não estariam a apoiar o atual governo. “Vivemos um tempo de um certo cinismo político”.

O problema vai além do “cinismo político”, a mesma atitude que leva aqueles que antes criticavam o governo anterior pelas políticas para reduzir o défice de 11% para 3% e que hoje apoiam a atual estratégia que levou o défice de 3% para 2%. “O problema é que não se faz nada a pensar no futuro”.

Portugal precisava de poupar para tempos futuros e de fazer reformas para que a próxima geração pudesse vir a ter condições de vida melhores do que a atual. “Cada geração que vem tem de ser suficientemente ambiciosa para deixar os instrumentos para que quem venha a seguir possa chegar ainda mais longe” e “isso hoje não está a ser feito”, rematou.

Uma viragem histórica em Vila do Conde

Para Pedro Passos Coelho, este “pode ser o momento de viragem histórica em Vila do Conde”. O PSD integra uma “boa candidatura” liderada por Constantino Silva, uma escolha que considerou ser “segura, forte e liderante” para Vila do Conde. Para o presidente do PSD, a atual liderança socialista justifica a sua continuidade pelo passado de governação local em Vila do Conde, hoje marcado pela incapacidade e inação.



Pedro Passos Coelho na Convenção Autárquica Distrital do PSD de Viana do Castelo

“Não fomos nós que privatizámos a PT”

“O Governo continua com a política de comunicação, a querer apropriar-se do bom que outros fizeram e a acrescentar coisas más que o governo anterior não fez, mas que ele quer que se acredite que fez”. No encerramento da Convenção Autárquica Distrital do PSD de Viana do Castelo, sábado, 15 de julho, Pedro Passos Coelho referiu-se às “insinuações maldosas” do primeiro-ministro, que tentou responsabilizar o governo anterior pela privatização da PT, aquando dos seus comentários sobre a atual dona da empresa de telecomunicações portuguesa. “Uma pessoa mais desatenta pensaria que foi” o Governo de Pedro Passos Coelho o responsável pela privatização.

“O Governo que liderei só cumpriu uma medida do memorando de entendimento: acabar com a ‘golden share’ que o Estado tinha na PT”, um compromisso inscrito por José Sócrates e Teixeira dos Santos.

“O senhor primeiro-ministro devia saber que não fomos nós que privatizámos a PT e devia deixar de estar sempre a fazer insinuações sobre o passado”, frisou Pedro Passos Coelho, porque “já não há paciência para insinuações maldosas”.

E, de imediato, veio o Bloco de Esquerda “lavar o Governo e o primeiro-ministro”, acusando o PSD de “não estar preocupado com os trabalhadores”. Pedro Passos Coelho questionou se o Bloco de Esquerda estaria preocupado com os trabalhadores, uma vez que, antes na oposição, criticava a política de baixos salários e hoje apoia um governo que adotou medidas que promovem a contratação através do salário mínimo nacional.

E nunca como agora houve tantos trabalhadores em Portugal a auferir o salário mínimo, além de o salário médio tem também baixado, com o atual governo. “Por que é que as pessoas que estão no Governo [e na maioria] instrumentalizam sempre os trabalhadores e as

desgraças que existem para se promover?”, perguntou Pedro Passos Coelho.

Numa democracia madura e numa economia social de mercado, como Pedro Passos Coelho lembrou, cabe ao Parlamento averiguar se a legislação produzida está a ser cumprida. A ação política não pode dirigir-se apenas para uma empresa, mas para todo o mercado, cabendo também aos reguladores acompanhar o com cumprimento das regras. “Esta maneira de estar no Governo e querer sacudir a água do capote e depois dirigir a ação a uma empresa, não é um progresso, é um retrocesso da democracia”, considerou.

A narrativa do Governo tem oscilado entre o aproveitamento dos bons resultados do passado, a ausência de reformas e a estratégia a responsabilização alheia.

Pedro Passos Coelho lembrou que, durante o seu mandato, o peso das exportações no PIB passou de menos de 30% para mais de 40%, ao mesmo tempo que a economia se tornou mais dinâmica e aberta.

Ainda não chegou um euro dos donativos a Pedrógão Grande

A inação do Governo significa que o Estado continua a falhar às famílias e populações afetadas pela tragédia de Pedrógão Grande, acusou Pedro Passos Coelho.

“Foi tornado público esta semana que o Estado ainda não deu nenhum destino às contribuições, os donativos, que as pessoas angariaram para ajudar as populações afetadas por aquela tragédia”, lançou o presidente do PSD, falando dos mais de 13 milhões de euros doados pelos portugueses através de linhas disponibilizadas para o efeito. “Quase um mês depois da tragédia, o Estado ainda não arranhou maneira de fazer chegar este apoio a

ninguém!” Para o Presidente do Partido, o Governo não consegue organizar-se e “ser expedito” nem perante a forte mobilização da sociedade civil. “Ainda nem um euro do que foi doado pelas pessoas chegou fosse a quem fosse, em Pedrógão”, apontou, acrescentando que “isto não é razoável.”

“Os ministros passeiam-se por Pedrógão Grande para mascarar a inoperância do Governo, para dar a ideia de que estão a tratar de tudo”, mas “estão a agir muito lentamente”, ainda “não criaram uma solução para indemnizar as vítimas”. A atitude contrasta com o exemplo dado pelo líder da oposição, que recordou a tragédia de Entre-os-Rios. Mas contrasta ainda com a proposta avançada por Pedro Passos Coelho ao chefe do Governo, para que fosse o Executivo a criar, de forma mais célere do que o Parlamento poderia fazê-lo, o mecanismo indemnizatório para ajudar as famílias das vítimas. “Apresentámos uma iniciativa nesse sentido, mas ainda não se gerou consenso entre os grupos parlamentares da maioria para que isso acontecesse!”

Para Pedro Passos Coelho, não interessa apurar agora se a responsabilidade é deste ou daquele ministro, sendo mais relevante assegurar aos cidadãos o apoio de que necessitam. “Têm as pessoas de ir para tribunal?”, questionou. “O Estado que não obrigue as pessoas a esperarem para terem aquilo de que precisam”.

“O Estado continua a falhar, não é diligente e não é rápido”, acusou Pedro Passos Coelho. “Não me venham com a conversa de que se demora tempo e que é preciso ter critérios, as pessoas precisam dessa ajuda”. Para o líder do maior partido da oposição, este atraso deve-se ao facto de o Governo não saber responder em situações inesperadas, o que é, no fundo, parte da cultura de inércia do Executivo de António Costa e da sua maioria parlamentar.

O Governo evita “fazer qualquer coisa que os partidos [que o apoiam] não gostam, e eles não gostam de imensas coisas que precisam de ser feitas no País”. Em tudo o que “exige preparação, competência e planeamento”, “o Governo não existe”, concluiu Pedro Passos Coelho.

“Conhecendo a geringonça como já conhecemos”, acrescentou, os próximos dois anos da legislatura deverão trazer “mais conversa e talvez mais promessas”. Bom seria que mostrassem “que sabem fazer alguma coisa e transformarem alguma coisa que seja”, aconselhou Pedro Passos Coelho. E “já não vale a pena virem com as críticas do passado”, tema que ocupou a primeira metade da legislatura no Parlamento.

Vaca não voa, mas precisa de alimento para dar leite. Em muitas outras matérias, “o Governo e a sua maioria comportaram-se de uma forma cínica”. Não podemos esquecer-nos das críticas que todos teciam ao governo anterior. Partido Socialista, PCP, Bloco de Esquerda, e Os Verdes acusavam o executivo anterior de investir na educação e na saúde, por exemplo, numa altura em que o País não tinha dinheiro.

“Como é possível que o Partido Socialista tenha lavado as mãos daquelas responsabilidades”, que levaram Portugal à pré-bancarota, “em tão pouco tempo?”, perguntou o líder da oposição, recordando que, “nem um ano tinha passado, e já estavam a dizer que nunca tinha havido um governo que investisse tão pouco nas políticas essenciais, em termos de despesa de capital”.

Pedro Passos Coelho continua: “E, afinal, conhecida a Conta Geral do Estado de 2016, o que é que vemos? Que o PS, com o apoio d’Os Verdes, do Bloco de Esquerda e dos comunistas, afinal cortou muito mais na despesa de capital do que nós, quando não havia dinheiro!” “Hoje que há mais dinheiro corta-se mais, em despesa de capital, na justiça, no ensino básico e secundário, na defesa e em tantas outras áreas que críticas para o Estado, nomeadamente a saúde”.

“O que fazem a maioria e o Governo quando confrontados com as críticas que nos dirigiam?” “A crítica é cínica”, insistiu.

E “se o Governo está sempre a dizer que está a apostar na qualidade, na inovação, nas qualificações”, mas “as pessoas auferem salários cada vez mais baixos”, não é também esta uma forma cínica de estar na governação?

Pedro Passos Coelho denunciou os cortes de investimento do atual governo repetindo a crítica do Reitor da Universidade de Coimbra, que considerou que o Executivo de António Costa e os seus parceiros parlamentares são responsáveis pelo maior ataque atentado contra a escola pública, da democracia portuguesa.

Quando o primeiro-ministro ofereceu a uma das ministras uma vaca com asas, “queria simbolizar que há coisas que parecem impossíveis, mas que podem ganhar asas e voar”, lembrou Pedro Passos Coelho. “É uma metáfora poderosíssima, não fosse olharmos para a realidade e ver que aquilo não voou mesmo”, “era mais fácil uma vaca dar leite do que voar”. O presidente do PSD acrescentou que, “até para dar leite, não basta uma vaca existir, é preciso ser alimentada e que haja investimento”.

“Aí está uma metáfora boa para o primeiro-ministro”, ironizou Pedro Passos Coelho: “Se quer mais leite, se quer mais resultados, se quer que o País se transcenda e chegue a algum sítio, não basta ficar a contemplar o que existe, é preciso fazer alguma coisa mais”. Contudo, “este Governo, até hoje, não revelou essa capacidade”. Pedro Passos Coelho desafiou o Governo a ir a jogo e a colocar “qualquer coisa em cima da mesa, para que acreditássemos que o nosso futuro podia ser melhor”.

Governo paralisa descentralização

O PSD foi o primeiro partido a colocar a descentralização na agenda parlamentar, propostas rejeitadas pela maioria. Depois, aquando da discussão do Orçamento do Estado para 2017, os social-democratas recuperaram algumas das medidas antes propostas e acrescentaram outras. Então, a maioria que suporta o Governo aprovou algumas ideias e rejeitou outras. Acabaram por ser “letra morta”, porque o Governo meteu a descentralização “na



gaveta”, acusou Pedro Passos Coelho, descrevendo que estes dois primeiros anos de mandato foram um tempo desperdiçado pelo Governo nesta matéria.

Em março, o Executivo “apresentou uma espécie de manifesto de intenção, uma lei-quadro para a descentralização” mas ainda foram precisos alguns meses “para o Governo vir apresentar à Associação Nacional de Municípios os projetos de decreto-lei que, na prática, explicavam o que é que aquelas ideias gerais queriam dizer”, explicou.

“O Governo e o PS demoraram imenso tempo a mostrar que não acrescentaram nada ao que já existe”, concluiu. O parlamento acabou por ver passar mais uma sessão legislativa sem decidir acerca da descentralização de competências e reforço de meios para as autarquias.

Para Passos Coelho, “ainda bem que o Governo arrepiou caminho”, não forçando, com o PS, uma decisão que o Parlamento não estava preparado para tomar porque o Executivo “não fez o seu trabalho de casa” a tempo.

“Espero que os próximos dois anos não corram como estes, porque não teremos, numa inteira legislatura, perdido a oportunidade de fazer um processo de descentralização como deve ser”, avisou. “Este governo não está a preparar o futuro, andou dois anos a empurrar com

a barriga, como na descentralização, com uma conversa muito bonita e a gerir as boas notícias, mas não fez nenhuma reforma que nos preparar para o futuro”.

Pedro Passos Coelho deseja que possa ser retomada uma verdadeira “reforma do Estado que inclua um processo de descentralização, mas que não seja para eleitor ver, que seja mesmo para os autarcas saberem com que novos meios e competências contam”.

O PSD continuará a dar o seu contributo para que essa reforma seja feita, assegurou o líder do Partido, numa intervenção onde recordou o papel fundamental dos social-democratas para o País. Destacando a humildade do Partido em não ter a pretensão de achar que tem sempre as melhores soluções, o presidente do PSD lembrou a “visão reformista e ambiciosa” que teve no mandato anterior. No PSD, “procuramos sempre alcançar mais para futuro”. “O nosso objetivo nunca é a cegueira das eleições, a fantasia de criar ilusões falsas e receber apenas elogios”, detalhou.

Assim, “em vésperas de eleições”, Pedro Passos Coelho renovou essa posição do PSD, quer do ponto de vista dos candidatos autárquicos junto das suas populações, quer a nível nacional para todo o País – “somos importantes e úteis a Portugal”.

Pedro Passos Coelho na apresentação de Emídio Sousa à câmara municipal de Santa Maria da Feira

Inércia do Executivo prejudica o País



Pedro Passos Coelho lembrou, na sexta-feira, 14 de julho, em Santa Maria da Feira, que, quase um mês depois da tragédia na região de Pedrógão Grande, cerca de 13 milhões de euros angariados pela população estão retidos e ainda não chegaram a quem foi afetado pelos incêndios. “É incompreensível como o Estado, nem quando os portugueses oferecem dinheiro, mostra competência para poder acudir”, acrescentou, depois de ter enaltecido a mobilização “extraordinária” da sociedade civil. “Isto significa que o Estado não falhou apenas há um mês, continua a falhar e a não fazer aquilo que é necessário”, reforçou, salientando que ainda não foi concretizado o pedido de ajuda externa à União Europeia.

No jantar de apresentação dos candidatos à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia daquele concelho do distrito de Aveiro, Passos Coelho reiterou que o “Governo não tem capacidade para aprender com os próprios erros”. “Podem nomear novos secretários de Estado, podem de hoje para amanhã nomear novos ministros, mas o padrão é sempre o mesmo, incompetência, empurrar com a barriga e manter o país adiado, vivendo das boas notícias que vão aparecendo”, criticou.

“O Governo perdeu as oportunidades para poder convencer o País de que tem um projeto mobilizador para Portugal”, afirmou Pedro Passos Coelho, salientando que já passou metade da legislatura. “Tudo o que fizer até 2019 não fará esquecer a inércia destes dois anos”, acrescentou, referindo ser “legítimo supor que os próximos dois anos se oferecem com muita conversa”.

Perante quatro mil militantes e simpatizantes, o presidente do PSD considerou que “impressiona o cinismo como se envolvem em expressões públicas todos os que disseram que o País não ia a lado nenhum”. Referia-se ao facto de quem hoje governa insistir em atribuir os maus



resultados ao anterior governo, enquanto os resultados positivos são sempre seus. “Isto tem um problema”, alertou. “Há um tempo findo o qual as pessoas deixam de acreditar”.

O líder social-democrata aconselhou PCP, BE, PEV e PS a serem transparentes no próximo orçamento e a dizerem “o que vão fazer por Portugal e pelos portugueses”. “Até à data a conversa é muita”, criticou, “mas o resultado

é pouco para aquilo que o País precisa e para criar uma ideia de justiça” que não tem sido própria deste Executivo.

“Política e liderança estão a falhar em toda a linha”
 “A economia está a crescer, mas a política e a liderança estão a falhar em toda a linha”, afirmou o presidente do PSD. “O que faz falta são os governos que preparam o País para que as coisas boas possam aparecer como resultado

do nosso trabalho”, reiterou.

A incompetência de quem governa é, também, evidente no facto de, volvida “praticamente metade da legislatura”, “o Governo não estar em condições para dizer que preparou terreno para que os municípios pudessem iniciar um novo ciclo com um quadro descentralizador”.

De acordo com o líder do PSD, se não fossem as reformas estruturais executadas pelo governo que liderou, “se não tivéssemos lançado as sementes para o crescimento da economia”, os resultados teriam sido outros. “Se hoje estamos a crescer deve-se ao facto de não termos tido o Partido Socialista a governar nos anos anteriores e de o povo português ter escolhido um governo que tirou o País da bancarrota”.

Pedro Passos Coelho não deixou, contudo, de assinalar os “méritos” do atual Executivo. Considera que ter reduzido o défice de 3% para 2% “é um bom resultado”, pelo que não percebe o motivo pelo qual o PS insiste em esquecer que o PSD conseguiu uma redução de 11% para 3%. “Quem ouve a maioria fica com a ideia de que só agora a economia começou a crescer”, disse, para logo acrescentar: “não é verdade”. Deixou, por isso, um alerta: está-se a criar “uma ilusão que pode gerar equívocos”.

Redução do défice foi conseguida com cortes

Realçando que o PSD só quer “o bem para o nosso País”, Pedro Passos Coelho aplaude a redução do défice, mas questiona a forma como foi alcançada: “com cortes sobre a despesa e com medidas extraordinárias”. Por isso pergunta: “será este um tempo de tanta normalidade como se diz? Estaremos a aproveitar tão bem a conjuntura favorável?” “Não estamos”, responde.

Para o líder social-democrata, “o País podia estar melhor”, caso o atual Executivo não privilegiasse o faz de conta e não vivesse só das “boas notícias”, “não querendo chatear ninguém e, por isso, não fazendo qualquer reforma”. Disse mesmo que “com essa atitude temos a certeza de que não estamos a fazer o que é preciso para estarmos melhor”.

“O tempo desta maioria é um tempo perdido para Portugal”

Para o PSD, os políticos responsáveis não olham “para a política a pensar apenas no dia de hoje”, mas “como uma forma de preparar o futuro”. Por isso, “o PSD é indispensável para que Portugal possa crescer com outra ambição. Se quisermos preparar o futuro que esteja à altura das expectativas dos mais jovens, daqueles que querem empreender, fugir às condições atuais, acrescentar valor, criar emprego, distribuir melhor, então teremos que ser nós a preparar-nos para o fazer, porque infelizmente o tempo desta maioria está cada vez mais a esgotar-se. O tempo desta maioria é um tempo perdido para Portugal”, afirmou.

Santa Maria da Feira tornar-se-á, cada vez mais, numa referência

De acordo com Pedro Passos Coelho, o mandatário da candidatura de Emídio Sousa à câmara municipal de Santa Maria da Feira, Alfredo Henriques, “é exemplo para muitas pessoas que têm elevadas responsabilidades”. Reconheceu o “trabalho magnífico” desenvolvido durante anos no município e, sobretudo, a forma “notável” como, “quando chegou o tempo de sair da câmara municipal, não teve qualquer receio em apoiar uma equipa nova”. Referiu-se, assim, à “nobreza de carácter” e à “forma humilde de estar na vida, na sociedade e na política” do mandatário.

Sobre Emídio Sousa, o presidente do PSD considera que, “nestes quatro anos, só nos deu boas razões para acreditarmos que Santa Maria da Feira se tornará, cada vez mais, numa referência fundamental da Área Metropolitana do Porto”. Também o candidato do PSD é “ele próprio já uma referência importante”, pois não lhe tem faltado “ambição, profissionalismo e liderança”.



Matos Rosa em Beja e na Sertã

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, esteve no dia 13 de julho, na inauguração da sede de campanha "Beja a sério" e na sessão de apresentação do candidato José Pinela Fernandes à câmara municipal de Beja. No domingo, 16 de julho, José Matos Rosa participou na sessão de tomada de posse das Mulheres Social Democratas da Sertã (distrito de Castelo Branco).



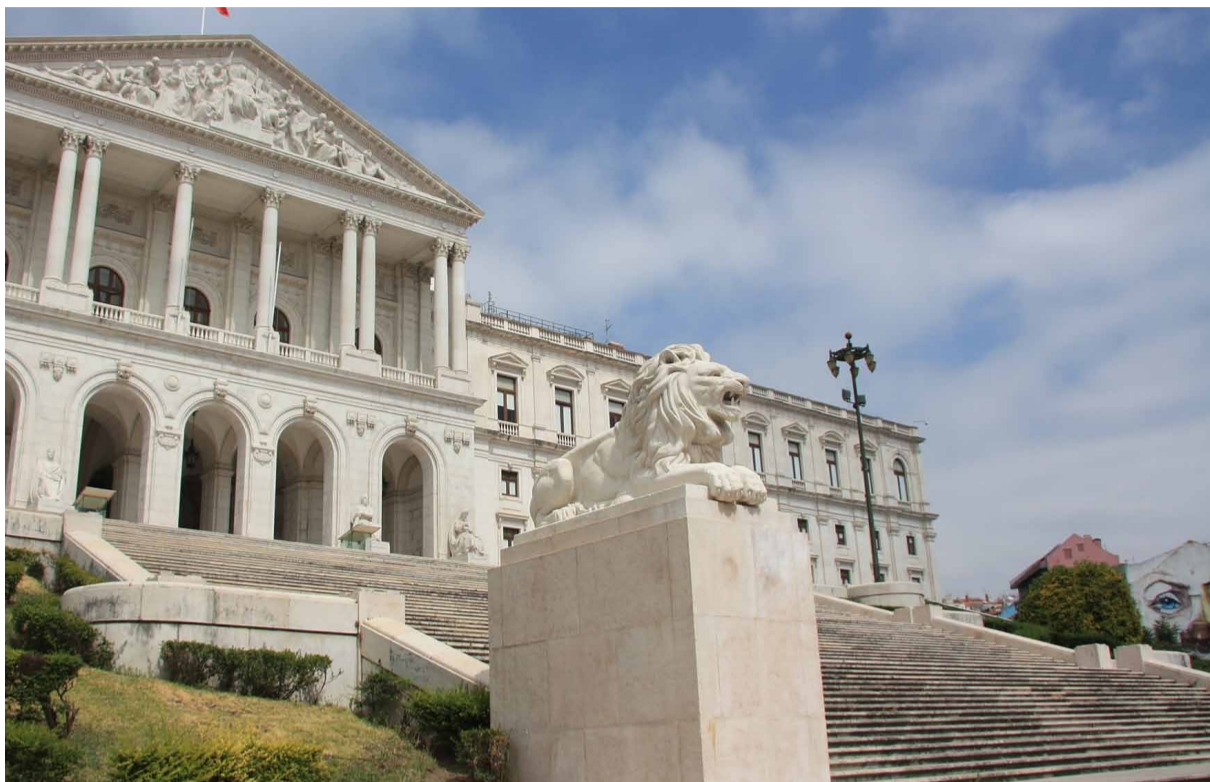
Solução para os lesados do BES é “moralmente injusta”

O PSD rejeita a garantia pública que o Governo concedeu aos lesados do papel comercial do BES, porque dessa forma põe todos “os contribuintes a pagar pelos erros de privados”. Para o PSD, devem responder em primeiro lugar os patrimónios de quem participa em negócios celebrados entre privados (investidores e instituição de crédito).

António Leitão Amaro, deputado do PSD, considera que o “princípio de pôr os contribuintes a pagar por erros de negócios privados é errado e moralmente injusto”. “Cria um risco moral. A garantia pública é errada no princípio e injusta para os contribuintes”, afirmou.

António Leitão Amaro, que falava esta manhã no Parlamento, na audição ao ministro das Finanças, defendeu que caso tenha havido erros de responsáveis de entidades públicas esses têm de ser responsabilizados e que a solução criada para ajudar os lesados não devia “ilibar responsabilidade de supervisores”, caso tenham existido.

“Se há um negócio entre privados, um privado engana o outro, tem uma prática negocial inadequada, a responsabilidade é deste. Não podemos socializar os erros negociais. Não aceitamos que se confundam ladrões com polícias”, sublinhou o deputado.



António Leitão Amaro referiu ter havido um “erro de perceção mútuo” e explicou que o PSD “não é contra o diploma”, mas opõe-se à “parte do diploma da garantia pública”.

Na mesma linha, Duarte Pacheco entende que a decisão do Governo configura uma espécie de Parceria Público-Privada (PPP), pois com este precedente abre-se a possibilidade de o Estado conceder “garantias sem limite”. Recorde-se que os lesados do Banif exigem também um mecanismo de compensação para o seu caso.

Duarte Pacheco inquiriu, ainda, o ministro Mário Centeno sobre qual o valor da garantia prestado pelo Estado português no acordo com os lesados do papel comercial do BES.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...

Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas

Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas

O dia-a-dia da atividade
do PSD

Noticiário semanal todas
as sextas-feiras

CGD

“Uma vergonha”, a esquerda está a branquear



É “uma vergonha e um branqueamento como não há memória”, afirma Hugo Soares, a propósito do encerramento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos (CGD), antes de receber documentação essencial. O deputado do PSD não hesita em afirmar que PS, PCP e BE se “tornam coniventes com a falta de descoberta da verdade”.

Os partidos de esquerda chumbaram o pedido do PSD para suspender os trabalhos da comissão de inquérito até ao conhecimento das decisões judiciais que se aguardam. Como recordou Hugo Soares, “existe uma deliberação desta Comissão Parlamentar de Inquérito a pedir acesso aos documentos. Todas as decisões [do Tribunal da Relação de Lisboa] têm sido favoráveis e estão agora em recurso. Ninguém perceberia que seja agora a própria CPI, sem esperar pelos documentos que solicitou e pela decisão dos tribunais, a encerrar os trabalhos”.

Os documentos em causa foram solicitados ao Ministério das Finanças, à CGD e ao Banco de Portugal, e têm que ver com a lista dos 50 maiores devedores da Caixa. Apesar de a Relação de Lisboa obrigar à entrega dessa informação ao Parlamento, aquelas instituições recusaram-se sempre a fornecê-la. Cabe agora ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidir, mas se a comissão se extinguir antes de uma decisão, o Supremo não se poderá sequer pronunciar sobre o pedido da CPI.

Acresce que o Ministério Público se encontra, atualmente, a investigar “fortes indícios” de concessão de créditos irregulares e sem as devidas garantias por parte da CGD, suspeitando-se de “omissão” deliberada de passivo do banco.

“Sabendo hoje que esses indícios vieram a constituir imparidades que motivaram a necessidade de injetar dinheiro dos contribuintes (cinco mil milhões de euros), nenhum português perceberá que a CPI não leve os seus trabalhos até ao fim”, sublinha Hugo Soares.

Nem os apelos feitos pelos deputados social-democratas ao Presidente da Assembleia da República, para que Ferro Rodrigues usasse “o seu magistério de influência junto dos demais grupos parlamentares para que o parlamento possa sair dignificado”, encontraram acolhimento junto do PS, PCP e BE.

Uma circunstância inédita, no entender de Hugo Soares, e “absolutamente indigna do instituto da CPI e funcionamento do Parlamento”. Para concluir: “os partidos de esquerda têm a obrigação de cumprir o exercício do seu mandato, há um julgamento político que os portugueses farão e nós também”.

Governo dá “borla fiscal às grandes empresas”



A UTAO denuncia: a operação corresponde a um empréstimo ao Estado, com empresas – como a EDP – a cobrar 15,5% de juros. O Estado terá de pagar – na forma de despesa fiscal – mais de 600 milhões de euros até 2026. “Uma vergonha”, resume Duarte Pacheco.

“O PSD quer denunciar mais esta manigância orçamental do Governo e do ministro Mário Centeno com uma borla fiscal às grandes empresas que a UTAO diz que pode ultrapassar os 240 milhões de euros, quando tantas pequenas empresas precisam de apoio para investir e crescer”. As declarações de Duarte Pacheco surgem na sequência da publicação, pela UTAO, de um relatório que evidencia que a EDP, ao aderir ao regime facultativo de reavaliação de ativos criado pelo Governo, poderá gerar, até 2026, um benefício fiscal acumulado de 174 milhões de euros.

Segundo denunciou o deputado, o relatório vem contrariar afirmações do Governo quando, no Parlamento, disse que “esta medida custaria, no máximo, 60 milhões de euros”. Agora, “afinal a UTAO diz que é pelo menos quatro vezes mais”, correspondendo “a um financiamento de, pelo menos, 15% de juros para o Estado”.

Duarte Pacheco considera que se trata de “antecipar receitas e, desse modo, poder apresentar uma execução orçamental mais simpática”. “Sabíamos das cativações, sabíamos do aumento de alguns impostos, sabemos agora de uma antecipação de receita que corresponde na prática a uma borla fiscal às grandes empresas”, afirmou.

Para Duarte Pacheco, é “uma vergonha”. “Bem pode o Governo dizer que vai renegociar as rendas excessivas e vir anunciar, daqui a uma semana ou um mês, que conseguiu poupar para o Estado 20 ou 30 milhões, depois de lhe [EDP] ter dado uma borla de 170 milhões”, criticou, referindo-se também ao PCP e ao BE que compactuam com o Governo e, por isso, “estão a dar uma borla fiscal superior a 240 milhões de euros às grandes empresas portuguesas”.



“Risco de perda de milhões sobre os contribuintes” na venda do Novo Banco

A manutenção de uma participação de 25% do Novo Banco – alienado à norte-americana Lone Star Funds – por parte do Fundo de Resolução, acarreta maior probabilidade de perdas do que de ganhos futuros. Os riscos, calculados em centenas de milhões de euros, recaem sobre os contribuintes, contrariamente ao que afirmou o primeiro-ministro.

Na audição parlamentar ao governador do Banco de Portugal, o deputado do PSD, Carlos Silva, inquiriu o supervisor da banca sobre o “timing” da venda do Novo Banco: “Porque é que não foi vendido em 2015?”. Carlos Silva, manifestou, ainda, preocupação sobre os custos da venda do NB e a audição confirma que não estão afastados riscos crescentes sobre os contribuintes.

Tal como o Governo, o Banco de Portugal não abre o jogo em matéria de garantia pública concedida pelo Estado para viabilizar o negócio com o fundo norte-americano. “Senhor governador, para a garantia pública estão a ser pedidos 25% dos montantes em termos de financiamento. Pretendemos saber que outros cenários existiam. E não é dada qualquer resposta”, refere o deputado Carlos Silva. “Quando questionado sobre este tema, o Governo remete para o Banco de Portugal. Não conseguimos compreender porque se mantém silêncio sobre este tema”. Os deputados estão ainda sem uma resposta.

Os contornos do processo de venda do Novo Banco não são transparentes: as autoridades e as responsabilidades efetivas de cada entidade envolvida (Governo e Banco de Portugal), o impacto sobre o Fundo de Resolução, o interesse público associado à realização do contrato de venda, os custos para os contribuintes, a alienação da carteira de ativos e a estabilização do sistema financeiro português.

Descentralização não pode ser tratada “em cima do joelho”

“O aspeto mais marcante” do Estado da Nação é que se chegou “a metade da legislatura e o Governo só trabalhou para o curto prazo”, destacou Pedro Passos Coelho, exortando a mais responsabilidade do Executivo até ao final do mandato. “Julgo que o PS decidiu bem ao ter adiado esta questão, se forassem uma votação não poderíamos acompanhá-los, e não era por medo das eleições autárquicas que não iríamos votar contra”, afirmou.

No encerramento de um colóquio organizado pelo grupo parlamentar do PSD sobre “As Freguesias e a Descentralização”, dia 13, Passos Coelho alertou que se o assunto é “demasiado sério para ser tratado em cima do joelho”, o adiamento “não é desculpa para se perderem mais dois anos”.

O líder do PSD pediu que se aproveite este interregno das férias parlamentares para avaliar em que áreas há ou não vantagem de fazer uma transferência para o poder local.

“Defendemos uma visão gradualista, é preciso estudar muito bem as condições financeiras em que isso pode ocorrer e há muitas coisas que não foram estudadas”, afirmou, pedindo que não se dê “um passo maior que a perna”.

A marca de inação do Governo de António Costa é visível: “O Governo podia ter aproveitado este tempo para preparar a reforma descentralizadora” que desse aos municípios novas competências e atribuições, mas também os recursos necessários para as executar. Tendo sido o PSD a colocar a descentralização na agenda, o Governo “andou a falar de ideias gerais e, só em março, apresentou uma Lei-Quadro”.

Passos Coelho apontou como exemplo a área da educação: “O que vai acontecer à Parque Escolar se as competências passarem para os municípios? Vão ficar os municípios a pagar à Parque Escolar?”, questionou.

Nesse campo, o líder do PSD salientou que se há questões, como as avaliações de natureza nacional, que têm de continuar sob alçada do Ministério da Educação, outras como a definição do projeto educativo e da autonomias das escolas “não devem estar divorciadas da comunidade local”.

“Era muito importante que pudéssemos testar [as transferências] nas áreas sociais, em que a distância a que está o Ministério não é tão sensível”, aconselhou, lamentando que o atual Governo nunca tenha feito a avaliação do que foi o processo de descentralização levado a cabo pelo anterior executivo.

Pedro Passos Coelho acusou ainda o Governo de se contradizer, quando afirma o combate à precariedade e aumenta o trabalho precário no Estado. Esta não é uma marca da “reforma do Estado séria” que é preciso fazer e que, como outras, sempre contou com o PSD, já no governo, e continuará a contar, agora na oposição.

Na abertura do colóquio, o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, sublinhou que não foi pelos sociais-democratas que a reforma ficou suspensa, lembrando que o partido apresentou quatro diplomas no início da sessão legislativa.

“O governo adormeceu durante alguns meses e há escassas semanas remeteu 23 anteprojetos. É evidente que não é preciso ser especialista do processo legislativo para concluir que não era possível fazer a mata-cavalos um processo desta envergadura”, afirmou.

Luis Montenegro acusou ainda o Executivo de pretender instrumentalizar o assunto da descentralização para “poder chegar às eleições autárquicas a dizer que fez uma reforma”, e manifestou a sua esperança que o processo possa ser concluído na próxima sessão legislativa.

Esta conferência-debate, organizada em conjunto pelo grupo parlamentar e pelos Autarcas Social Democratas, teve como objetivo analisar a proposta de descentralização nas freguesias, avaliar a evolução face ao quadro vigente e, eventualmente, formular propostas



que correspondam aos interesses das populações.

De acordo com Berta Cabral, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, “no caso particular das freguesias, a proposta do Governo é enganadora, pois apenas a transferência de autorização para abertura de espaços do cidadão configura uma nova competência. Todas as

demais são competências dos municípios que só serão delegadas nas freguesias se os órgãos municipais decidirem neste sentido”. A deputada social-democrata considera, assim, que “não há transferência universal de competências”.

Ministro da Saúde usurpa obra do governo anterior



Miguel Santos acusou o ministro da Saúde de ter poucos bons resultados e esses poucos bons resultados serem obra do seu antecessor no cargo, Paulo Macedo. No debate sobre o Estado da Nação, o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD convocou as declarações do Reitor da Universidade de Coimbra, para comentar a política educativa do atual governo e dos partidos que o apoiam, reiterando que os socialistas são os responsáveis pelo mais grave atentado contra a escola pública que Portugal conhece nos tempos recentes. O deputado social-democrata questionou o que se poderia dizer da atuação do governo em matéria de saúde.

Para Miguel Santos, o ministro da Saúde é “um usurpador, pois ainda vive do trabalho do anterior governo e do anterior ministro da Saúde, das políticas executadas e dos resultados obtidos”. “Eu ouvi o senhor ministro a referir-se a uma série de resultados obtidos e o senhor sabe que são políticas que foram iniciadas e parte delas concluídas pelo ministro Paulo Macedo”, sublinhou.

No que respeita às cativações, negadas pelo primeiro-ministro e pelo ministro da Saúde, Miguel Santos interpelou se é ou não verdade que olhando para a Conta-Geral do Estado estão lá 79,1 milhões de euros de cativações e se é ou não verdade que em saúde e educação não foram executados cerca de mil milhões de euros.

Miguel Santos afirmou estar apreensivo com a situação do INEM, entidade que, ao contrário do que diz Adalberto Campos Fernandes, atravessa dificuldades em termos de meios e recursos humanos.

Governo falha contratação de 300 especialistas de cuidados de saúde mental

O reforço na prestação de cuidados de saúde mental é prioritário, dentro dos cuidados ambulatoriais, nos cuidados primários ou hospitalares, e nos cuidados

prestados em regime de internamento, de acordo com Miguel Santos. O deputado do PSD referiu que, em julho de 2015, o anterior Governo aprovou legislação para “contratar 300 lugares específicos” em todo o território. O atual Executivo nada fez para reforçar a saúde mental, apesar das constantes promessas. Nos cuidados continuados, continua a verificar-se a “carência de estruturas que assegurem a prestação desses cuidados”.

Enquanto os hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) não dispuserem de meios e recursos que respondam às necessidades da população em termos de saúde mental, deve ser o Estado, enquanto entidade responsável pela efetivação do direito à proteção da saúde, a assegurar o encaminhamento atempado dos utentes para estabelecimentos de saúde do setor social convencionado, da sua zona de residência, desde que os mesmos possuam experiência na prestação de cuidados de saúde mental e se encontrem certificados pela ERS.

“O PSD vem dando prioridade às políticas de saúde mental e tem acompanhado com preocupação a falta de investimento que se verifica também nesta área da saúde”, afirma Miguel Santos. Em 2014, o governo PSD/CDS-PP definiu experiências-piloto dos cuidados continuados integrados de saúde mental, que preenchem uma lacuna lesiva dos direitos dos doentes e suas famílias, e contribuiriam para a adoção de um novo modelo de referênciação, de intervenção e de articulação interinstitucional, garantindo um efetivo acompanhamento integrado dos utentes e seus cuidadores, e a sua reintegração social.

Os “cuidados continuados de saúde mental, são um claro exemplo desse desinvestimento”, especifica o deputado. “Em julho de 2015, o anterior governo aprovou um despacho, autorizando a contratação de cerca de 300 lugares específicos para utentes da área da saúde mental. Passaram dois anos e não abriu nenhum, apesar das repetidas promessas do governo PS de que os abriria ainda no ano passado”, explica Miguel Santos, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD.

Apesar de, em 6 de abril de 2016, o atual ministro da

Saúde ter afirmado, no parlamento, que iriam abrir, em 2016, “328 lugares de saúde mental”, nada aconteceu. Em junho do ano passado, foi o coordenador da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados quem garantiu que, a partir de 1 de julho de 2016, iriam começar a abrir “diferentes tipologias” de unidades de saúde mental, para “responder a necessidades de aproximadamente 300 pessoas em todo o país”.

“Com este projeto de resolução, o PSD propõe, não só a abertura imediata desses lugares de cuidados continuados de saúde mental, como um reforço dos cuidados primários e hospitalares nesse domínio, aumentando os meios e melhorando a referênciação dos utentes e a integração dos cuidados de saúde mental, a fim de melhorar o acesso dos doentes e de aumentar a qualidade e eficiência na prestação desses cuidados”, sublinha Miguel Santos.

Governo deve concretizar compromisso assumido há um ano

“Esta nossa iniciativa corresponde também ao repto lançado pela FAMILIARMENTE – Federação Portuguesa das Associações das Famílias de Pessoas com Experiência de Doença Mental, demonstrando assim que o País ganha quando existe uma união de esforços entre as forças políticas e os agentes sociais em torno do interesse dos doentes”, firma Miguel Santos.

O PSD considera importante que o Governo concretize, na prática, o compromisso que assumiu há mais de um ano, no sentido de abrir os referidos novos lugares de saúde mental, devendo igualmente reforçar, no Serviço Nacional de Saúde, as estruturas e equipamentos vocacionados para a prestação de cuidados de saúde mental, bem como os recursos humanos e a formação profissional, adaptando ainda o financiamento dos cuidados de saúde mental às reais necessidades e carências da população.

“Acreditamos, ainda, que é preciso de uma vez por todas que se aprove o estatuto do cuidador informal, uma medida também fundamental no âmbito da saúde mental, e que foi já recomendada pela Assembleia da República ao Governo há já mais de um ano mas que não foi ainda por este cumprida”, lembra o deputado.

Portugal tem prevalência elevada de doenças psiquiátricas

Portugal tem uma das mais elevadas prevalências de doenças psiquiátricas da Europa, estimando-se que 23% dos portugueses possam sofrer de uma perturbação psiquiátrica. Segundo o relatório “Portugal – Saúde Mental em Números 2015”, da Direção-Geral da Saúde, as perturbações mentais e do comportamento têm um peso significativo no total de anos de vida saudável perdidos pelos portugueses, com uma taxa de 11,75%. Estes são números preocupantes, na medida em que os problemas relacionados com a saúde mental traduzem-se em situações de incapacidade e, em alguns casos, em morte prematura.

Mais recentemente, um estudo da Escola Nacional de Saúde Pública veio alertar para a insuficiência de recursos humanos na área da saúde mental, bem como para as graves dificuldades de acesso dos utentes a esses cuidados: apenas 15% do total das pessoas que precisam de cuidados de saúde mental têm, efetivamente, acesso aos mesmos.

POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

PSD apela ao voto no domingo
Votar NÃO
é votar por Portugal



REFERENDO NACIONAL – 8 de Novembro de 1998

Concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas? Sim Não

Concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral? Sim Não

Vote duas vezes: NÃO e NÃO. 

Referendo sobre a Regionalização

PSD unido pelo NÃO

Todos os depoimentos dos Tempos de Antena

páginas 4, 5 e 6

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da secção de Almada para reunir no próximo dia 29 de Julho de 2017 (sábado) pelas 21h30 na sede, sita na Rua da Liberdade n. 38 - A, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação, debate e votação do programa eleitoral do PSD às eleições autárquicas
- 3 - Apresentação, debate e votação do parecer sobre as listas municipais e de freguesia do PSD às eleições autárquicas

AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Amares, para reunir no próximo dia 26 de Agosto de 2017 (sábado) pelas 17h00 na sede, sita na Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, nº 36 - Ferreiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto Único -: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas de candidatos, deverão ser entregues ao presidente da Mesa Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Cascais, para reunir, no próximo dia 27 de Julho de 2017 (quinta-feira) pelas 21h15 no Hotel Cidadela, sito na Av. 25 de Abril, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 - Informações
 - 2 - Análise da situação política local e nacional
 - 3 - Eleições Autárquicas 2017

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Loures, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 26 de Julho de 2017 (quarta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 - Loja nº 4 - Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 - Informações
 - 2 - Dar parecer sobre a proposta da Comissão Política relativa a candidaturas a órgãos autárquicos locais.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da secção de Santarém, para reunir no próximo dia 25 de Julho de 2017 (terça-feira) pelas 21h00 na sede, sita no Largo Cândido dos Reis, nº 12, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Autárquicas 2017
 - 2 - Análise e discussão da situação política actual

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Setúbal, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 27 de Julho de 2017 (quinta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 23 - 1º Esq., com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 - Informações
 - 2 - Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais



III CONSELHO DISTRITAL DE BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoco o III Conselho Distrital Ordinário da JSD de Bragança do mandato 2016-2018, para reunir no dia 29 de Julho de 2017 (sábado), pelas 17 horas, no Açude, sito na Avenida da Europa, em Mirandela, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Reorganização administrativa: 4 anos depois;
- 2 - Informações;
- 3 - Balanço da Atividade da Comissão Política Distrital;
- 4 - Autárquicas 2017;
- 5 - Análise da situação política;
- 6 - Outros assuntos.

I CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Nos termos do artigo 64º dos Estatutos Nacionais da JSD, serve o presente para convocar a primeira reunião ordinária do Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco, a ter lugar no dia 4 de agosto, sexta-feira, pelas 21h00, na Sede do PSD de Proença-a-Nova, sita Rua de Santa Margarida nº1, R/C Dtº, 6150-425 Proença-a-Nova, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Feedback da CPD às moções setoriais aprovadas no IV Congresso;
- 3 - Nomeação dos Diretores e Coordenadores de Gabinetes;
- 4 - Apresentação e Votação do Regulamento Interno Distrital;
- 5 - Apreciação do Plano Orçamental para o semestre;
- 6 - Apresentação do Plano de Comunicação;
- 7 - Aprovação dos candidatos da JSD às eleições autárquicas;
- 8 - Análise da situação política;
- 9 - Outros assuntos.

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o III Conselho Distrital Ordinário do mandato 2016-2018 para reunir no próximo dia 30 de Julho de 2017, pelas 15h00m, no Hostel Entry Fik sito na Rua Vale da Vinha, N.º 1, Maceira, Fornos de Algodres, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Balanço da actividade da Distrital no ano de 2017 e análise da situação política;
- 2 - Preparação das futuras actividades da Distrital;
- 3 - Outros assuntos.

IV CONSELHO DISTRITAL DA JSD LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos, convoca-se o IV Conselho Distrital de Lisboa para reunir dia 26 de Julho, pelas 21h, Fórum Lisboa, Avenida de Roma, 14 L, 1000-265 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Balanço da atividade da Comissão Política Distrital de Lisboa da JSD;
- 2 - Aprovação dos candidatos autárquicos da JSD no Distrito de Lisboa.
- 3 - Informações;
- 4 - Outros assuntos;

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Oeiras, para reunir em sessão ordinária no dia 30 de Julho de 2017, pelas 21h, na sede do PSD de Oeiras, sito no Largo Avião Lusitânia, n.º 15, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Autárquicas 2017 - indicações da JSD Oeiras;
- 3 - Outros assuntos.

VILA REAL

Vimos por este meio solicitar a marcação de um conselho distrital da JSD Vila Real para dia 29 de Julho às 15h, na sede do PSD/JSD do Peso da Régua com a seguinte morada, Av. Dr. Manuel de Arriaga, Edif. Tabau, loja B, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Aprovação dos candidatos da JSD a integrar as listas do PSD do distrito de Vila Real às eleições autárquicas de 2017;
- 3 - Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE VISEU DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Viseu da JSD para decorrer no dia 29 de Julho de 2017, pelas 15 horas, na sede do PSD de Castro Daire, sito na Avenida João Rodrigues Cabrilho, 3600 Castro Daire, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - O Conselho Distrital, decorrerá entre as 15h e as 19h;
- 2 - Assunto, eleições autárquicas 2017.

VISEU

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes da Concelhia de JSD Viseu para reunirem em Plenário Concelhio Extraordinário no dia 29 de Julho de 2017 pelas 11h00, na sede distrital do PSD Viseu, sita na Rua do Inatel Lt. 55 C/v esq. 3510-018 Viseu com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Aprovar, sob proposta da Comissão Política Concelhia os candidatos da JSD às Assembleias de Freguesia e Assembleia Municipal, do respectivo Concelho, a serem incluídos nas listas do PSD;
- 3 - Outros Assuntos.